



Banco Original

Relatório de Gestão de Riscos

Circular 3.477

Março de 2013

ÍNDICE

1. Introdução.....	3
2. Gestão de Negócios.....	4
3. Gerenciamento de Riscos	7
4. Risco de Mercado	7
5. Risco de Crédito	11
6. Risco de Liquidez	17
7. Risco Operacional.....	18
8. Gerenciamento de Capital.....	21

1. Introdução

A aprovação, pelo Banco Central do Brasil, da constituição do Conglomerado Financeiro Original foi concretizada ao dia 31 de agosto de 2011.

O Conglomerado é o resultado da integração entre o Banco JBS S.A., fundado em julho de 2008, com foco no fomento da atividade pecuária brasileira, e o Banco Matone S.A., um banco múltiplo tradicional sediado no estado do Rio Grande do Sul com foco no segmento de crédito consignado, negócio que atualmente está sendo descontinuado. Atualmente estas duas instituições financeiras são chamadas de Banco Original do Agronegócio S.A. e Banco Original S.A., respectivamente, e formam o Conglomerado Financeiro Original.

São grandes os desafios deste novo Conglomerado, e um crescimento financeiro sustentável bem como o fortalecimento do valor agregado desta instituição só são possíveis com uma forte cultura de controle dos riscos inerentes às linhas de atividades deste Conglomerado Financeiro.

Tendo em vista informar as práticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo Conglomerado Original, em linha com as recomendações do Pilar III do Comitê de Basileia, este relatório torna público os aspectos qualitativos e quantitativos do gerenciamento de riscos e de capital praticados nesta instituição.

Dentre os aspectos qualitativos, serão descritos as estruturas de governanças e de alçadas, os processos de monitoramento e as metodologias adotadas. Em complemento às informações qualitativas, também serão apresentadas as evoluções das diversas exposições aos riscos, bem como a evolução do capital regulatório.

O gerenciamento de riscos do Conglomerado Original é realizado de forma consolidada. As informações deste relatório referem-se tanto ao Conglomerado Financeiro, composto pelas instituições financeiras já citadas, como para o Consolidado Econômico-Financeiro, que incorpora as participações destas em empresas não financeiras. O presente relatório possui data base de 31 de março de 2013.

Além deste documento, que atende à Circular 3.477/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN), podem ser encontradas no endereço: www.bancooriginal.com.br as demonstrações financeiras, que conjuntamente, permitem uma análise completa do Conglomerado Financeiro.

A Diretoria do Conglomerado Financeiro Original aprovou as informações divulgadas neste documento, assim como as políticas citadas.

2. Gestão de Negócios

O Conglomerado Original tem em seu portfólio produtos que visam à geração de negócios da cadeia produtiva do boi, o financiamento dos cultivos de soja, milho, cana-de-açúcar, algodão, café e madeira e empréstimos para médias e grandes empresas.

Adicionalmente, a instituição conta com profissionais de Tesouraria divididos em uma Mesa de Operações Proprietária, e uma Mesa de Clientes, para oferecer operações de derivativos e de câmbio de forma competitiva aos seus clientes. A Tesouraria também pode realizar cessões de crédito e securitização de ativos.

Cessão de Crédito

Os principais objetivos que norteiam a decisão da direção da instituição de realizar cessões de crédito são:

- (1) Necessidade de financiamento (*funding*) da instituição;
- (2) Redução da exposição em certo cliente, visando à desconcentração e/ou abertura de margem para realização de novas operações de crédito;
- (3) Venda de carteira de crédito vencida (carteira *distressed*);
- (4) Venda das operações pertinentes a um determinado mercado que deixem de fazer parte do direcionamento estratégico da instituição; e
- (5) Sindicalização de operações de crédito ou aquisição de carteiras feitas em conjunto com outras instituições financeiras.

A carteira de crédito consignado, em fase de encerramento, continua sendo reduzida e o saldo das cessões não mais apresenta valores significativos.

Fluxo das exposições cedidas com transferência dos riscos e benefícios						
R\$ (mil)	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012	4º T / 2011
Cessão de Crédito s/ coobrigação	1.320	74.073	517.302	422.523	196.403	132.827

Saldo das exposições cedidas com retenção dos riscos e benefícios						
R\$ (mil)	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012	4º T / 2011
Cessão de Crédito c/ coobrigação	2.155	2.583	3.642	262.549	483.473	594.127

Securitização de ativos

Geralmente, a securitização passa pelos seguintes estágios:

- (1) Originação de créditos ou de títulos e valores mobiliários;
- (2) Cessão dos créditos ou títulos e valores mobiliários; e

(3) Emissão de títulos e valores mobiliários que podem assumir a forma de quotas, certificados ou títulos, com expressa vinculação aos créditos ou títulos e valores mobiliários adquiridos.

Os principais objetivos da securitização de créditos são similares aos da cessão de crédito. A securitização pode ser feita com venda direcionada a um investidor final (oferta privada) ou a um grupo de investidores (oferta pública). Mais do que um instrumento de captação (*funding*), a securitização pode ser realizada como um serviço adicional que a instituição presta aos seus clientes de forma a estreitar o relacionamento comercial e/ou nos casos em que a capacidade para absorver o volume de crédito demandado pelo cliente é limitada.

A instituição possui em sua carteira, os seguintes ativos provenientes de processos de securitização:

- (a) Cotas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) de classe subordinada; e
- (b) Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) de classe subordinada e lastreado em créditos de financiamentos imobiliários.

Os valores que a instituição possui em cotas subordinadas de FIDC são de baixa relevância. O quadro abaixo demonstra estes valores nos últimos trimestres:

Securitização						
(R\$ Mil)	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012	4º T / 2011
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	126	164	50.747	56.816	192.421	181.922
Certificado de Recebíveis Imobiliários	3.321	3.210	3.103	2.999	2.898	2.797

Estratégias de Negócio e Hedge

As operações intrínsecas a atividade operacional do Conglomerado podem gerar exposições a riscos de mercado em áreas cujo escopo não seja o de administração. Para a gestão destas exposições, em linha com a estratégia de negócios da instituição, a Tesouraria tem o mandato de fazer a gestão ativa destas posições, e efetuar o *hedge* quando necessário.

A Tesouraria também pode realizar a gestão das posições da carteira *trading* (intenção de negociação a fim de ganhos associados às oscilações de mercado) utilizando-se de instrumentos derivativos no mercado.

Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados são os Futuros, Termos, Swaps e Opções. Eles podem ser negociados em bolsa ou no mercado de balcão, e terem um ou mais indexadores. Os indexadores mais relevantes são: taxas de juros prefixadas, moedas, índices de inflação, índice de bolsa e preço de *commodities*. A instituição não possui em seu portfólio produtos de derivativos de crédito.

A área de Gestão de Riscos auxilia na gestão do *hedge* no sentido de fornecer as informações relevantes às decisões da Tesouraria, bem como atuar de forma independente no monitoramento dos limites de exposições ao risco de mercado que a instituição está incorrendo.

3. Gerenciamento de Riscos

O Conglomerado Original preza por uma estrutura organizacional e de processos que permitem um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades.

As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de capital bem como os limites de riscos são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da instituição. O comitê executivo é a autoridade nas decisões relacionadas à deliberação, coordenação, avaliação e delegação sobre a alocação de capital e apetite a risco da alta administração do Conglomerado Financeiro.

Outro pilar da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas mesmas áreas com o processo operacionalizado. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em possam existir conflitos de interesses.

Segue abaixo as definições para os riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional:

Risco de Mercado: a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, inclusive as perdas decorrentes do tamanho da posição detida frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Crédito: a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Risco de Liquidez: a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco Operacional: a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

4. Risco de Mercado

O Risco de Mercado trata de potenciais perdas ocorridas em razão de oscilações nas taxas de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da instituição. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de estudos e análises que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado tem como base a Resolução 3.464/07 do Conselho Monetário Nacional.

A seguir serão abordadas as estruturas, políticas e metodologias utilizadas pela instituição no controle do risco de mercado, bem como uma análise quantitativa da sensibilidade da carteira ao longo dos últimos trimestres.

Políticas e Estratégias

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pelo comitê executivo responsável pela gestão de riscos e capital.

As estratégias de risco são definidas pela alta administração da instituição e incorporam o planejamento estratégico das áreas de negócios. As atas de reunião do comitê e as documentações das políticas de riscos de mercado são publicadas em ambiente eletrônico. As principais atribuições relacionadas ao monitoramento do risco de mercado são descritas a seguir.

Gerenciamento do Risco de Mercado

Conforme disposto na Circular 3.354/2007, que estabelece critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras, o Conglomerado Original segrega suas exposições em carteiras de negociação (*trading*) e de não negociação (*banking*). As posições com as quais há intenção de negociação a fim de ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira de negociação da instituição.

Gerencia-se o risco de mercado da carteira de negociação (*trading*) através de procedimentos de mensuração do risco de mercado (métricas abordadas no item *Cálculo do Risco de Mercado*), monitoramento permanente do risco, reporte dos resultados, testes de estresse e controle de limites.

Ainda, para os ativos da carteira de negociação apura-se, segundo o arcabouço regulatório do Banco Central do Brasil, a alocação de capital referente aos riscos de mercado de juros, *commodities*, câmbio e de ações incorridos.

O gerenciamento do risco de mercado das posições classificadas na carteira de não negociação (*banking*) é realizado através da apuração do risco de mercado, monitoramento contínuo da exposição, reporte dos resultados e testes de estresse.

Um dos instrumentos para a mensuração do risco de mercado de juros e ações destas operações, que não estão cobertas pelas parcelas do PRE (Patrimônio de Referência Exigido), é a metodologia VaR (*Value at Risk*) paramétrico, com intervalo de confiança de 99% e período de posse (*holding period*) de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias e o método EWMA (*Exponentially Weighted Moving Average*) para modelagem da volatilidade.

As exposições de cada produto são quebradas em fatores de risco, o que permite o cálculo e uso de correlações e volatilidades por estes fatores. Por fim, temos medidas de VaR global da carteira, por fator de risco e por produto. Os resultados são reportados tanto à Alta Administração quanto ao órgão regulador, por meio da parcela RBAN.

Na carteira da instituição não há depósitos a prazo sem data de vencimento e os riscos derivados das liquidações antecipadas de empréstimos são tratados de acordo com as políticas de *hedge*.

Cálculo dos preços e taxas

Através de diversificadas fontes, a área de precificação tem acesso, em *tempo real*, às principais taxas e preços de mercado que são utilizados como insumos na confecção de curvas que definem as estruturas a termo dos fatores de risco da carteira. Tais curvas são geradas, validadas e utilizadas para a precificação dos instrumentos financeiros em carteira.

Cálculo do Risco de Mercado

A metodologia de cálculo de risco de mercado é baseada no conceito de *Value at Risk* (VaR) que representa uma medida probabilística de perda decorrente de variações nos insumos de mercado que influem na carteira. Diariamente a Diretoria de Riscos realiza a medição de VaR do portfólio da instituição utilizando os seguintes parâmetros:

- Modelo: VaR Paramétrico
- Intervalo de Confiança: 99%
- Período de Tempo (*holding period*): é calculado diariamente em função da liquidez dos ativos.

Adicionalmente, também são monitoradas e controladas as sensibilidades às oscilações paralelas nos fatores de risco que compõem o portfólio. Para os instrumentos que são sensíveis ao risco prefixado, por exemplo, é calculado o DV1, métrica que verifica o resultado projetado caso a curva inteira translate um ponto base, isto é, 0,01%.

Realização de testes de avaliação dos controles de Risco de Mercado

Considerando o intervalo de confiança de 99% utilizado no estudo de VaR, admite-se a extrapolação de resultado em relação ao valor de VaR em 1% das observações realizadas. Periodicamente são realizados testes de aderência (*backtesting*) com o intuito de avaliação de adequação do modelo às variações do valor de mercado da carteira.

Análise prévia de riscos inerentes a novos produtos

A implantação de qualquer novo produto, ou estratégia, pelas áreas de negócio da instituição passa pelo crivo da Diretoria de Riscos. A análise prévia do produto busca identificar os riscos inerentes do instrumento financeiro, bem como avaliar a adequação dos processos de risco ao seu controle.

Realização de simulações em condições extremas de mercado

O teste de estresse é uma medida complementar ao VaR, e tem o intuito de medir perdas decorrentes de variações atípicas de taxas e preços de mercado, como acontece em períodos de estresse. A realização de tais testes ocorre periodicamente mediante a aplicação de volatilidades baseadas em dados históricos que representam situações de estresse de mercado.

Aplicação de limites às exposições de Risco de Mercado

A alta administração impõe limites nas exposições de risco de mercado da carteira de negociação. Os limites de exposição são vinculados ao cálculo de VaR de tais carteiras e da análise de sensibilidade do resultado, definidos previamente pelo comitê executivo. As avaliações de VaR, sensibilidade de resultado, bem como as de *Stop-Loss* são realizadas e publicadas à alta administração do Conglomerado diariamente.

Exposições ao Risco de Mercado

A tabela abaixo demonstra a evolução das exposições da carteira de negociação disposta pelos fatores de risco câmbio, *commodities*, taxas de juros e ações (em R\$ milhões):

Posição da Carteira de Negociação - Câmbio						
	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012	4º T / 2011
Comprado	48	56	37	40	22	32
Vendido	64	55	44	38	19	32
Total	16	1	6	2	3	0
Posição da Carteira de Negociação - Commodities						
	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012	4º T / 2011
Comprado	98	0	12	24	24	6
Vendido	12	2	52	74	39	15
Total	86	2	41	50	15	9
Posição da Carteira de Negociação - Taxas de Juros						
	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012	4º T / 2011
Comprado	209	7.176	3.007	22	3.974	33.136
Vendido	201	129	22	36	1.237	2.695
Total	8	7.047	2.986	14	2.737	30.441
Posição da Carteira de Negociação - Ações						
	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012	4º T / 2011
Comprado	0	0	0	0	31	13
Vendido	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	31	13

No 1º trimestre, devido às estratégias da Tesouraria proprietária, houve redução significativa na exposição ao risco.

A instituição utilizou instrumentos derivativos para auxiliar a execução das estratégias citadas acima. Portanto, esta detinha no final do segundo trimestre as seguintes exposições em derivativos no Brasil, segmentadas pelos fatores de risco câmbio, *commodities*, taxas de juros e ações:

Com contraparte central, em valores nominais (em R\$ milhões):

Derivativos com Contraparte Central - Câmbio						
	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012	4º T / 2011
Comprado	1	15	10	15	0	0
Vendido	174	145	111	97	19	28
Total	173	130	101	82	19	28

Derivativos com Contraparte Central - Commodities						
	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012	4º T / 2011
Comprado	98	0	8	23	21	4
Vendido	10	0	46	65	36	13
Total	87	0	38	42	15	9

Derivativos com Contraparte Central - Taxas de Juros						
	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012	4º T / 2011
Comprado	113	7.061	3.050	60	2.350	29.646
Vendido	621	571	38	1.880	1.211	904
Total	508	6.490	3.012	1.820	1.138	28.742

Derivativos com Contraparte Central - Ações						
	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012	4º T / 2011
Comprado	0	0	0	0	31	13
Vendido	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	31	13

E, sem contraparte central (em R\$ milhões):

Derivativos sem Contraparte Central - Câmbio						
	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012	4º T / 2011
Comprado	48	41	27	38	14	16
Vendido	2	2	2	5	1	4
Total	46	39	25	33	13	12

Derivativos sem Contraparte Central - Commodities						
	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012	4º T / 2011
Comprado	0	0	4	1	3	2
Vendido	1	2	7	9	2	2
Total	1	2	3	8	1	0

Derivativos sem Contraparte Central - Taxas de Juros						
	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012	4º T / 2011
Comprado	3	32	9	10	12	2
Vendido	74	48	22	36	25	12
Total	71	16	13	26	13	10

Derivativos sem Contraparte Central - Ações						
	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012	4º T / 2011
Comprado	0	0	0	0	0	0
Vendido	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0

5. Risco de Crédito

O risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade de cumprimento de obrigações contratuais de contrapartes do Banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito ou contraparte, em um acordo financeiro e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de *rating* do cliente.

No caso particular onde o cliente é a contraparte do banco para uma operação de derivativos a abordagem utilizada é denominada risco de crédito potencial (RCP). Com este tipo de operação, diferentemente de uma operação de empréstimo tradicional, em que o valor a receber é conhecido, as perdas ficam associadas às flutuações de mercado.

O comitê executivo do Conglomerado Original é responsável pela aprovação e revisão das métricas de risco juntamente com sua política de risco de crédito. É função da área de gestão de risco monitorar, analisar e controlar a exposição ao risco de crédito da instituição e, como forma de garantir a qualidade e idoneidade das tarefas desempenhadas, é independente das áreas de negócio reportando-se diretamente ao diretor de riscos.

Exposição ao Risco de Crédito

A tabela abaixo demonstra os valores das exposições totais e médias no trimestre ao risco de crédito utilizado para a alocação de capital, independentemente da ponderação utilizada nas normas legais (Circular 3.360/2007), e considerando inclusive as contrapartes centrais:

Exposição ao risco de crédito (EPR)						
R\$ (mil)	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012	4º T / 2011
Exposição Total	3.167.739	3.418.528	3.762.666	5.656.958	4.649.120	5.433.611
Média Trimestral	3.245.510	3.494.375	3.555.780	4.493.031	5.211.124	5.697.188

Já a tabela abaixo apresenta a distribuição os valores da Exposição ao Risco de Crédito (EPR), ponderados pelos fatores definidos nos artigos 10 a 16 da Circular 3.360/07:

Valor parcela PEPR por fator (R\$ mil)						
Fator EPR	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012	4º T / 2011
20%	696	49	28	84	179	161
35%	282	19	20	-	21	22
50%	280	719	780	1.382	2.317	2.458
75%	7.306	9.176	10.233	35.249	71.766	98.270
100%	139.064	142.499	154.916	165.668	177.102	191.248
150%	2.573	1.767	1.844	1.884	1.367	1.402
300%	41.642	39.334	35.917	46.779	57.695	56.755
-35%	-	-	-	-	-	-
-50%	-	-	-	-	-	-
-100%	(86)	(86)	(86)	(86)	(86)	(91)
-300%	-	-	-	-	-	-

A tabela abaixo demonstra o percentual das exposições dos maiores clientes das operações com características de crédito:

Maiores tomadores em relação à carteira total com características de crédito												
R\$ (mil)	1º T / 2013		4º T / 2012		3º T / 2012		2º T / 2012		1º T / 2012		4º T / 2011	
	Relativo	Absoluto										
10 maiores clientes	32%	270.057	30%	274.839	30%	292.280	26%	334.960	21%	353.191	17%	409.034
50 maiores clientes	63%	537.026	60%	541.819	61%	593.022	50%	653.659	40%	666.376	32%	788.966
100 maiores clientes	74%	632.656	71%	641.583	72%	700.790	58%	752.474	46%	757.971	36%	884.181

Por sua vez, a tabela abaixo traz o montante das operações em atraso, bruto de provisões e excluídas as operações já baixadas para prejuízo, segregadas em faixas de dias de atraso:

Operações em Atraso						
R\$ (mil)	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012	4º T / 2011
1 - 60 dias	108.633	31.334	16.673	32.610	12.629	44.205
61 - 90 dias	16.918	4.959	2.754	20.327	8.978	7.881
91 - 180 dias	23.500	8.496	3.773	8.368	17.513	19.104
>180 dias	13.930	12.132	20.292	18.342	10.955	26.311
Total	162.981	56.920	43.491	79.647	50.075	97.501

Neste trimestre foi observada uma elevação do volume de operações em atraso, devido principalmente inadimplência das operações de crédito ligadas ao agronegócio. Essa tendência não deverá necessariamente se refletir em perdas futuras devido às características sazonais e ao ciclo de recuperação de garantias atrelado principalmente ao escoamento da safra de bovinos.

Segue abaixo segue a concentração da carteira de crédito por distribuição geográfica:

Distribuição Geográfica												
R\$ (mil)	1º T / 2013		4º T / 2012		3º T / 2012		2º T / 2012		1º T / 2012		4º T / 2011	
	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto
Centro-Oeste	30%	258.901	31%	282.796	32%	312.096	24%	314.337	19%	296.163	13%	251.093
Nordeste	9%	72.871	10%	86.487	6%	55.970	3%	43.255	2%	30.896	9%	185.103
Norte	5%	42.793	6%	50.759	5%	51.395	3%	45.239	3%	39.697	3%	65.167
Sudeste	50%	424.567	48%	433.838	50%	482.605	46%	591.083	44%	689.497	64%	1.259.013
Sul	6%	50.542	6%	54.227	7%	72.699	23%	301.658	33%	510.130	10%	200.666
TOTAL	100%	849.674	100%	908.108	100%	974.765	100%	1.295.572	100%	1.566.383	100%	1.961.042

Abaixo podemos verificar a segmentação da carteira de crédito por setor econômico, onde houve diminuição do volume de operações ligadas ao agronegócio devido à característica sazonal do setor.

Distribuição por Setor Econômico												
R\$ (mil)	1º T / 2013		4º T / 2012		3º T / 2012		2º T / 2012		1º T / 2012		4º T / 2011	
	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto
Financeiro	4%	35.550	4%	35.207	4%	36.712	12%	160.418	12%	185.909	8%	157.970
Agronegócio	59%	501.157	59%	540.137	61%	592.165	41%	526.893	30%	474.613	25%	497.880
Outros	18%	154.576	15%	134.105	16%	156.232	10%	123.816	7%	117.234	11%	215.140
Serviços	4%	34.859	4%	40.833	3%	32.242	2%	30.237	4%	55.617	1%	11.717
Pessoa Física	15%	123.532	17%	157.825	16%	157.415	35%	454.206	47%	733.010	55%	1.078.335
TOTAL	100%	849.674	100%	908.108	100%	974.765	100%	1.295.570	100%	1.566.383	100%	1.961.042

Risco de Contraparte

O conceito de risco de contraparte fundamenta-se no risco potencial de perdas financeiras, dada a impossibilidade de uma contraparte não honrar seus compromissos com o Conglomerado Original.

Em particular, os derivativos tem pouca previsibilidade de ganhos e perdas associados às oscilações de mercado, motivo pelo qual a Diretoria de Riscos utiliza um modelo de análise histórica sobre a operação em foco, dado um conjunto de prazos e fatores de riscos, a fim de estimar o risco potencial da operação. Esta medida é denominada Risco de Crédito Potencial (RCP), que é somada à exposição total de crédito da contraparte para fins da apuração da utilização do limite de crédito aprovado.

Abaixo são apresentadas as informações relativas ao valor nominal dos contratos sujeitos ao risco de contraparte e às garantias recebidas para mitigar este risco.

Valor Nominal - Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito da Contraparte						
R\$ (mil)	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012	4º T / 2011
BMF - Contratos com câmara central atuando como contraparte	521.049	6.378.151	2.857.645	1.944.803	1.188.707	29.121.241
<i>Derivativos</i>	521.049	6.378.151	2.857.645	1.944.803	1.188.707	29.121.241
CETIP - Contratos sem câmara atuando como contraparte central	73.916	78.690	54.450	28.291	19.538	18.538
<i>Com Garantia - Derivativos</i>	31.880	38.756	3.265	18.883	19.538	17.658
<i>Sem garantia - Derivativos</i>	42.036	39.934	51.185	9.408	0	880
SELIC - Contratos sem a câmara atuando como contraparte central	850.074	949.998	9.401	27.696	320.000	8.304
<i>Com Garantia - Compromissadas</i>	850.074	949.998	9.401	27.696	320.000	8.304
Total	2.972.125	7.406.840	2.921.495	2.000.791	1.528.245	29.148.084

Segue abaixo o valor bruto dos contratos (valores positivos da marcação a mercado) sujeitos ao risco de crédito de contraparte:

Valor Positivo Bruto - Contratos sujeitos ao Risco de Crédito da Contraparte						
R\$ (mil)	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012	4º T / 2011
BMF - Contratos com câmara central atuando como contraparte	0	0	2.658	3.597	181	0
<i>Derivativos</i>	0	0	2.658	2.660	181	0
CETIP - Contratos sem câmara atuando como contraparte central	409	166	332	414	607	1.445
<i>Derivativos</i>	409	166	332	414	607	1.445
SELIC - Contratos sem câmara atuando como contraparte central	489	495	3	9	117	3
<i>Compromissadas</i>	489	495	3	9	117	3
Total	898	661	2.993	4.020	905	1.448

O valor total calculado de Risco de Crédito Potencial (RCP) aumentou pela ampliação do volume de operações de derivativos realizadas com clientes, todas registradas na CETIP, conforme demonstra quadro abaixo:

Risco de Crédito Potencial (RCP)						
R\$ (mil)	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012	4º T / 2011
Risco de Crédito Potencial	10.479	11.023	10.690	6.650	3.448	2.522

O valor das garantias recebidas nas operações sujeitos ao risco de contraparte, segregadas por câmaras de registro é:

Valor das Garantias (R\$ mil)						
Câmara de registro da operação	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012	4º T / 2011
CETIP	798	605	169	202	0	584
SELIC	850.074	949.998	9.401	27.696	320.000	8.304
Total	850.872	950.603	9.570	27.898	320.000	8.888

O volume de garantias registradas no SELIC deve-se ao lastro de operações de compra com revenda. Abaixo segue o valor da exposição global líquida ao risco de crédito de contraparte (exposições ao risco de crédito potencial deduzidas de garantias):

Exposição Global Líquida a Risco de Crédito da Contraparte						
R\$ (mil)	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012	4º T / 2011
Total	9.681	10.418	10.521	6.448	3.448	1.938

Garantias

A instituição utiliza-se de garantias reais e pessoais como mitigadores de risco em suas operações de crédito, derivativos e operações compromissadas. As operações de crédito são estruturadas e propostas com as garantias de acordo com as características intrínsecas de cada crédito concedido. O processo de análise de crédito verifica as garantias frente o nível do risco da operação, e, por fim, delibera sobre a aprovação, suficiência ou reprovação das garantias apresentadas.

Seguindo linhas gerais, a distribuição geográfica das garantias reais segue aquela das operações de origem. Na maioria dos casos, o tipo de garantia solicitada dependerá da modalidade do empréstimo, qualidade creditícia, ramo de atividade e segmento econômico do proponente da operação de crédito. Assim, a diversificação de garantias recebidas acompanhará a distribuição da carteira de crédito, por modalidades e segmentos.

Segue abaixo a relação das principais garantias operadas pelo Conglomerado Financeiro Original:

- Aval dos sócios e cotistas;
- Penhor ou alienação fiduciária de bens móveis;
- Hipoteca ou alienação fiduciária de bens imóveis;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios e títulos de crédito;
- Cessão fiduciária de depósitos e títulos.

Como política da Instituição são solicitadas garantias superiores ao valor da operação de crédito, protegendo-se de uma possível desvalorização, custos de processuais ou perdas financeiras advindas da ação de sequestro da garantia.

O registro das garantias é realizado na forma da lei e, em se tratando de penhor ou alienação de bens móveis ou imóveis, em regra se dá nos cartórios competentes.

A avaliação das garantias, em especial relativas à produção agropecuária, é feita com base no preço de mercado do produto na data da concessão e/ou no preço futuro previsto para o produto, considerando o cenário de venda forçada. Realizam-se periodicamente, em média a cada trimestre, ou de acordo com os fluxos de vencimento, histórico ou épocas de abate, colheita, etc., visitas de monitoramento para aferição da real existência das garantias, bem como sua qualidade e condições de manejo e estocagem.

Tanto para gerenciamento interno como para a apuração do capital a ser alocado para cobertura das exposições relativas ao risco de crédito (Circular 3.360/2007), a instituição utiliza, nas operações de venda com recompra, os recursos financeiros recebidos como mitigador de risco de crédito. Já nas operações de compra com revenda, os títulos públicos federais recebidos são utilizados como mitigadores de risco de crédito. Com estes procedimentos é possível mitigar quase a totalidade da exposição ao risco de crédito original da operação.

Segue abaixo tabela com as exposições mitigadas nas operações compromissadas para fins de alocação de capital referente à Parcela de Exposição Ponderada pelo Risco (Circular 3.360/07):

Valor mitigado por instrumento								
Tipo	Fator da operação	Mitigador	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012	4º T / 2011
Venda com recompra	20%	Recursos financeiros (Reais)	855.174	951.063	9.401	252.726	8.038	8.304
Compra com revenda	20%	Títulos públicos federais	5.100	51.236	141.918	581.512	233.524	340.698

Recuperação e Cobrança

A área de cobrança objetiva minimizar as perdas financeiras associadas ao atraso, parcial ou total, dos contratos de empréstimos. A recuperação de crédito segue as regras definidas na “régua de cobrança” estipulada para cada tipo de modalidade de crédito.

Em cada “régua de cobrança” constam as etapas de processo de recuperação do crédito, que vão desde o contato com o cliente, garantidores e avalistas, passando pela negativação em órgãos que prestam serviço de informação de crédito (SPC, SERASA), chegando até a tomada de ações jurídicas cabíveis para a recuperação da dívida.

Provisionamento de Crédito

De acordo com a Resolução 2.682/99 os clientes devem ser classificados nas seguintes classificações: AA, A, B, C, D, E, F, G e H. Cada operação da carteira de crédito é associada a uma classificação de acordo com seu prazo de atraso do pagamento das obrigações.

Além disso, para cada nível de atraso se associa um valor a ser provisionado pela instituição para cobrir as perdas esperadas não pagamento/pagamento parcial do crédito pelo cliente. Abaixo pode ser visualizada a tabela que associa a classificação à provisão:

Rating	Faixa de Atraso (dias)	Provisão
AA	0	0%
A	0 - 14	0,5%
B	15 - 30	1%
C	31 - 60	3%
D	61 - 90	10%
E	91 - 120	30%
F	121 - 150	50%
G	151 - 180	70%
H	> 180	100%

As provisões para perda seguem os critérios regulamentares e, em casos específicos, identificado algum novo risco potencial de crédito, o comitê executivo pode aprovar ajuste na PCLD para adequar os níveis de provisão.

Também de acordo com a Resolução 2.682, a instituição deliberou que as operações de crédito consignado cuja responsabilidade total seja inferior ao valor de R\$ 50.000,00 podem ser classificadas de acordo com modelagem de avaliação interna. Desta forma, são adotadas cinco (5) categorias de

classificações de operações de crédito consignado, de acordo com a frequência dos últimos pagamentos. A classificação segue abaixo:

- (a) Classificação 1: há pelo menos 2 pagamentos nos 2 últimos meses sendo pelo menos 1 em cada mês → Rating A;
- (b) Classificação 2: há 2 pagamentos nos últimos 3 meses e em meses distintos, mas nenhum no último mês → Risco C;
- (c) Classificação 3: há pagamento somente no último mês → Risco C;
- (d) Classificação 4: há pagamentos nos últimos 3 meses, sendo no mês 1 e no mês 3 → Risco C; e
- (e) Classificação 5: há pagamento, mas não no último mês → Risco D.

	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Rating
Classificação 1	NA	P	P	A
Classificação 2	P	P	NP	C
Classificação 3	NP	NP	P	C
Classificação 4	P	NP	P	C
Classificação 5	P	NP	NP	D
	NP	P	NP	D

NA - Não relevante / NP - Não Pago / P – Pago

O quadro abaixo traz o montante de provisões para a carteira de crédito. Sua variação em relação ao trimestre anterior é relacionada principalmente ao fluxo de operações do agronegócio.

Saldo Provisões de Perdas (PCLD)						
R\$ (mil)	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012	4º T / 2011
PCLD	69.629	62.551	56.280	43.662	42.868	186.792

Segue abaixo o saldo acumulado de operações de crédito baixadas para prejuízo no trimestre:

Saldo Operações baixadas para Prejuízo						
R\$ (mil)	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012	4º T / 2011
Prejuízo	296.110	283.247	248.767	267.355	264.890	87.079

6. Risco de Liquidez

O Conglomerado Original tem a devida preocupação com o gerenciamento e monitoramento do risco de liquidez. A importância dada pela alta administração a esta atividade é norteada pela Política de Risco de Liquidez que é devidamente aprovada e revisada, periodicamente, pelo comitê executivo responsável pela gestão de riscos e capital.

Esta política segue as diretrizes da Resolução 4.090 de 24 de maio de 2012 assim como as melhores práticas propostas pelo Comitê de Basileia.

A área de riscos é responsável por monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da instituição. Diariamente são encaminhados para a alta administração do Conglomerado relatórios que quantificam este monitoramento.

Fundamentadas com estas informações quantitativas e aliadas às estratégias de crescimento da instituição, sua diretoria baliza as políticas de captação e aplicações de forma a conservar e garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam as análises em função do risco de liquidez estão pautados na relação entre caixa disponível e a probabilidades de saídas destes fluxos, sejam em decorrência de oscilações de mercado, sejam em função do descasamento de fluxos de ativos e passivos.

Para esta análise, são consideradas as seguintes variáveis:

Disponibilidades: Saldo disponível em caixa, através da conta reserva e dos títulos públicos livres.

Níveis Mínimos de Liquidez: Disponibilidade mínima de liquidez que a instituição deve manter para cumprir as todas as obrigações financeiras, contratuais e esperadas, considerando a desvalorização de ativos líquidos a aportes de garantias.

Concentração de Passivos: É considerada a concentração da carteira passiva em relação ao tipo de cliente (Pessoa Física ou Jurídica) simultaneamente à concentração de volumes dos maiores clientes dentro de um determinado prazo para vencimento.

Projeção do Fluxo de Caixa: Uma estimativa de como será o comportamento das entradas e saídas de caixa adotando-se algumas premissas, como renovação da carteira, resgates antecipados entre outras variáveis.

Plano de Contingência: Uma vez detectada uma situação que possa comprometer as obrigações da instituição, o comitê tem a atribuição de acionar o plano de contingência a fim de restabelecer uma condição segura de liquidez.

A definição dos limites, da periodicidade de monitoramento e a revisão das normas são de responsabilidade e alçada do comitê executivo.

7. Risco Operacional

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Segundo a própria Resolução 3.380/06, inclui-se nos eventos de risco operacional:

- Fraudes internas e externas;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição;
- Danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição;
- Aqueles que acarretam interrupção de atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A estrutura de risco operacional do Conglomerado Original visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional. Este documento define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

Os principais instrumentos utilizados na Gestão de Risco Operacional são:

- Mapeamento dos Processos;
- Matriz de Riscos e Controles;
- Testes de Controles;
- Sistema de Cadastramento de Ocorrências de Risco Operacional;
- Base de Dados de Perdas Operacionais (em construção); e
- Programa de Gerenciamento de Mudanças.

As áreas envolvidas na estrutura, assim como suas principais responsabilidades são:

Diretoria Executiva

- Estabelecer diretrizes dos negócios, aprovando e revisando, no mínimo anualmente, a política de risco operacional.

Comitê de Risco Operacional e Controles Internos

- Acompanhar a suficiência dos controles implantados, frente aos riscos a que o Conglomerado estiver exposto;
 - Discutir e decidir questões técnicas e operacionais; e
 - Coordenar a implementação dos procedimentos necessários ao gerenciamento do risco operacional.
-

Comitê de Auditoria

- Avaliar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Conglomerado; e
- Recomendar à diretoria da instituição, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.

Área de Tecnologia da Informação

- Gerir o plano de continuidade dos negócios, definindo os procedimentos para assegurar condições de continuidade das atividades, limitando graves perdas decorrentes da inexistência de condições mínimas de manutenção;
- Gerir o processo de comunicação e informação no que tange à segurança dos dados; e
- Manter a segurança e a privacidade da informação.

Área de Risco Operacional

- Implementar, disseminar e revisar as políticas, procedimentos, processos e ferramentas relacionados a Risco Operacional;
- Manter a Diretoria e os envolvidos plenamente atualizados sobre o progresso da gestão de riscos através de relatórios e comitês;
- Convocar os envolvidos para as reuniões do Comitê de Risco Operacional e Controles Internos, e redigir suas atas;
- Identificar, revisar e avaliar os riscos operacionais inerentes ao contexto do ambiente de controle existente e documentar decisões relacionadas à ação mitigadora requerida ou aceitação do risco;
- Gerar e armazenar base que contenha as perdas associadas ao risco operacional e sua conciliação com os registros contábeis;
- Avaliar e divulgar os manuais, visando assegurar que sejam confiáveis e atendam aos requisitos de avaliação de riscos e controles;
- Divulgar na internet e nas demonstrações contábeis a descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional;
- Elaborar e divulgar o relatório 3.380, de gerenciamento de Risco Operacional; e
- Avaliar e acompanhar as soluções para as falhas operacionais.

Área de Auditoria Interna

- Avaliar periodicamente os testes realizados pela Área de Controles Internos, bem como a correta implementação dos planos de ação necessários; e
- Emitir relatórios sobre a eficiência dos controles realizados.

Área de Compliance

- Assegurar a conformidade do Conglomerado com o ambiente legal, regulatório e com os regimentos internos;
- Responsável pelo programa de Prevenção a Lavagem de Dinheiro (PLD);
- Elaborar os pareceres do programa “Conheça seu cliente”;
- Realizar monitoramento de operações; e
- Comunicar ao COAF as movimentações suspeitas.

Todos os Integrantes da Instituição

- Cumprir as normas e políticas do Conglomerado, resultando na melhoria contínua do sistema de gestão de riscos;
- Gerir e efetuar a avaliação constante de seus processos e controles; e

- Evitar esforços concretos no sentido de documentar e sanar as deficiências observadas relativas a riscos operacionais.

Para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao risco operacional, o Conglomerado Financeiro Original utiliza a Abordagem do Indicador Básico conforme Circular 3.383 de 30 de abril de 2008, publicada pelo Banco Central do Brasil, e atualizações.

8. Gereciamento de Capital

Conforme as Resoluções 3.444 e 3.490 de 2007 foram definidas as principais métricas para alocação de capital da instituição seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nestas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Patrimônio de Referência Exigido (PRE).

Mais do que um controle regulatório, os relatórios legais possibilitam à alta administração, na figura do comitê executivo responsável pela gestão de riscos e capital, o acompanhamento da alocação de capital nas diversas linhas de negócios, o que gera informações estratégicas para a tomada de decisão no planejamento. A instituição tem como objetivo manter o Patrimônio de Referência (PR) em níveis suficientemente confortáveis para cobrir os riscos abrangidos no Patrimônio de Referência Exigível (PRE) e na parcela RBAN.

A parcela RBAN é calculada por meio da metodologia VaR Paramétrico, com intervalo de confiança de 99%, horizonte de tempo (*holding period*) de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias e modelo de Alisamento Exponencial (EWMA), com λ de 0,94, para modelagem da volatilidade.

Atualmente, o Patrimônio de Referência (PR) da instituição é composto somente pelos seguintes instrumentos:

PR Nível I

- Ações ordinárias no país;
- Ações preferências não cumulativas e não resgatáveis no país;
- Reserva de lucros; e
- Lucros/prejuízos acumulados.

PR Nível II

- Ajustes de títulos disponíveis para venda.

Assim, a instituição não possui instrumentos híbridos de capital e dívida (IHCD), dívidas subordinadas e ações elegíveis a compor o PR Nível II. Assim, na apuração do Patrimônio de Referência (PR) não há nenhum instrumento com prazo de vencimento.

Dado o corrente estágio de crescimento dos negócios, o Conglomerado opera atualmente com baixíssima alavancagem, tendo apresentado nos últimos trimestres índice de Basileia superior a 40. Em relação às restrições ou impedimentos relevantes, existentes ou possíveis, à transferência de recursos entre as instituições do Conglomerado, destacamos a existência de obrigações contratuais do controlador que colocam o capital social do Banco Original S.A como garantia de uma operação, impedindo assim a transferência deste capital para o Banco Original do Agronegócio S.A. Não obstante, as duas instituições apresentam, de forma individual, patrimônio de referência (PR) acima do patrimônio de referência exigível (PRE), ou seja, folga no índice de Basileia, seguindo os moldes da regulamentação aplicada ao Conglomerado.

Análise Quantitativa

O cálculo do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional.

O **PEPR** (Circular 3.360/07) representa o risco de crédito ponderado pelo fator de risco associado a cada modalidade.

O **POPR** (Circular 3.383/08) quantifica a exposição ao Risco Operacional.

As parcelas de risco de mercado das operações registradas na carteira de negociação (*trading*) da instituição são segregadas por grupos de fatores de risco:

PJUR: Grupo de parcelas que medem a exposição da carteira à taxa de juros pré-fixada em reais, cupom de moeda estrangeira e cupom de inflação. Esta classe de parcelas tem a seguinte segregação:

PJUR1 (Circular 3.361/07): taxa de juros pré-fixadas em reais;

PJUR2 (Circular 3.362/07): cupom de moedas estrangeiras;

PJUR3 (Circular 3.363/07): cupom de inflação; e

PJUR4 (Circular 3.364/07): cupom de juros.

PACS (Circular 3.366/07): Parcela que mede a exposição da carteira em ações ou derivativos indexados a índices de bolsas.

Por sua vez, nas parcelas PCOM e PCAM são consideradas todas as operações que possuem risco de *commodities* e risco cambial, respectivamente.

PCOM (Circular 3.368/07): Parcela que mede a exposição da carteira a variação no preço das *commodities*.

PCAM (Circular 3.389/08): Parcela que mede a exposição da carteira em moeda estrangeira.

O quadro abaixo demonstra a evolução da alocação de capital do Conglomerado Financeiro Original.

Alocação de Capital - Conglomerado Financeiro							
(R\$ mil)	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012	4º T / 2011	3º T / 2011
A) Patrimônio de Referência (PR)	1.926.665	1.922.900	2.049.783	2.044.172	2.091.310	1.886.304	1.871.696
PR Nível I	1.908.383	1.922.900	2.049.783	2.044.172	2.091.310	1.886.304	1.871.696
Patrimônio Líquido + Resultado	1.909.169	1.923.685	2.050.568	2.044.957	2.092.096	1.887.136	1.872.666
(-) Ativo Permanente Diferido	785	785	785	785	785	832	971
PR Nível II	18.282	-	-	-	-	-	-
Ajuste Valor de Mercado - TVM e Instr. Derivativos	18.282	-	-	-	-	-	-
Deduções do PR	-	-	-	-	-	-	-
B) Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	377.033	483.233	524.995	324.015	875.708	757.306	747.882
Valor da Parcela PCAM	-	-	-	-	-	-	-
Valor da Parcela PJUR[1]	106.019	224.165	248.422	9.378	505.440	372.743	393.411
Valor da Parcela PJUR[2]	354	351	813	1.908	132	151	248
Valor da Parcela PJUR[3]	-	-	-	-	2.786	3.426	3.513
Valor da Parcela PJUR[4]	-	-	-	-	-	-	-
Valor da Parcela PCOM	14.139	332	7.205	13.501	3.769	2.177	4.637
Valor da Parcela PACS	269	-	-	-	4.954	2.056	1.012
Valor da Parcela PEPR	191.756	193.479	203.651	250.960	310.359	350.269	318.577
Valor da Parcela POPR	64.495	64.905	64.905	48.268	48.268	26.485	26.485
Valor da Parcela RBAN	14.657	3.206	16.484	25.727	1.220	980	1.378
C) Margem (PR - PRE - RBAN)	1.534.976	1.436.461	1.508.304	1.694.430	1.214.383	1.128.017	1.122.435
Índice de Basiléia (IB)	56,21	43,77	42,95	69,40	26,27	27,40	27,53

Por sua vez, o quadro abaixo demonstra a evolução da alocação de capital do Consolidado Econômico-Financeiro Original.

Alocação de Capital - Consolidado Econômico Financeiro						
(R\$ mil)	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012	4º T / 2011
A) Patrimônio de Referência (PR)	1.845.702	1.852.445	2.050.241	2.044.625	2.091.094	1.911.780
PR Nível I	1.827.420	1.852.445	2.050.241	2.044.625	2.091.094	1.911.780
Patrimônio Líquido + Resultado	1.909.658	1.934.683	2.051.027	2.045.410	2.091.879	1.912.611
(-) Ativo Permanente Diferido	785	785	785	785	785	832
(-) Dividendos e Bonificações a Distribuir	81.453	81.453	-	-	-	-
PR Nível II	18.282	-	-	-	-	-
Ajuste Valor de Mercado - TVM e Instr. Derivativos	18.282	-	-	-	-	-
Deduções do PR	-	-	-	-	-	-
B) Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	437.246	543.291	585.901	398.433	915.038	755.715
Valor da Parcela PCAM	62.685	62.080	65.087	69.516	35.120	-
Valor da Parcela PJUR[1]	106.019	224.165	248.422	9.378	505.440	372.743
Valor da Parcela PJUR[2]	354	351	813	1.908	132	151
Valor da Parcela PJUR[3]	-	-	-	-	2.786	3.426
Valor da Parcela PJUR[4]	-	-	-	-	-	-
Valor da Parcela PCOM	14.139	332	7.205	13.501	3.769	2.177
Valor da Parcela PACS	269	-	-	-	4.954	2.056
Valor da Parcela PEPR	187.951	190.742	198.754	250.181	308.889	348.658
Valor da Parcela POPR	65.829	65.620	65.620	53.948	53.948	26.505
Valor da Parcela RBAN	14.659	3.206	16.811	25.726	1.220	980
C) Margem (PR - PRE - RBAN)	1.393.797	1.305.947	1.447.529	1.620.466	1.174.836	1.155.084
Índice de Basileia (IB)	46,43	37,51	38,49	56,45	25,14	27,83

Em ambos os casos, no primeiro trimestre de 2013 os Patrimônios de Referência (PR) e as PEPR permaneceram praticamente estáveis. Já os capitais alocados diminuíram em decorrência da redução da exposição ao risco da posição proprietária. As parcelas RBAN registraram aumento em função da adoção de parâmetros mais conservadores para o cálculo do VaR.

Finalmente, estes fatos em conjunto explicam os aumentos verificados neste último trimestre das margens de patrimônio para cobertura de riscos e dos Índices de Basileia (IB).